

## **Representações da mulher em *Divórcio?*, de Andradina De Oliveira: “Um brado de indignação contra a injusta situação da mulher”**

**Regina Kohlrausch**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.  
Porto Alegre, Brasil

Andradina América de Andrade e Oliveira ou Andradina de Oliveira<sup>1</sup> é reconhecida como líder feminista, jornalista, conferencista, dramaturga, biógrafa, contista e romancista brasileira<sup>2</sup>. Considerando sua atuação em defesa das mulheres entre os séculos XIX e XX e o significado das obras *O perdão* (1910) e *Divórcio?* (1912), referente ao universo feminino de sua época, esta comunicação objetiva apresen-

---

<sup>1</sup> Porto Alegre, 12/06/1864 – São Paulo, 19/06/1935. Iniciou seus estudos no educandário Luciana de Abreu, posteriormente ingressou na escola Normal de Porto Alegre, atual Instituto de Educação General Flores da Cunha de Porto Alegre, onde concluiu o curso de Magistério. Dedicou-se ao ensino público, após a conclusão do curso, entre oito e nove anos em diversos municípios do Estado, entre eles Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria. Em 1898, em Bagé, fundou e dirigiu o jornal literário *O Escrivão*. Escreveu e publicou os seguintes textos: *O sacrifício de Laura*, drama, estreado em 1891; *Ante o cadáver de uma criança*, soneto, 1892; *As mulheres*, prosa, 1895; *Preludando*, contos, 1897; *Você me conhece?*, comédia, estreada em 1899; *Em defesa da mulher*, artigo, 1898; *A primeira mulher*, crônica, 1899; *A Janguncinha*, artigo, 1899; *A doida de Rialto*, artigo, 1899; *Viúva e virgem*, drama; *Berço vazio*, drama; *Antonio Conselheiro*, drama histórico, 1902, representado no mesmo ano pelo Centro Artístico Furtado Coelho, em Porto Alegre; *Pensamentos*, 1904; *A mulher rio-grandense: escritoras mortas*, biografias, 1907; *Cruz de pérolas*, contos, 1908; *Contos de Natal*, literatura infantil, 1908; *O perdão*, romance, 1910; *Divórcio?*, tese social-romance, 1912; e as conferências “A mulher não é inferior ao homem”, “A mulher diante dos tempos”, “O mar”, “A saudade”, “O dia e os dias”, “Uma xícara de café”, “Brasil”, “As sogras”. Consta ainda alguns inéditos tais como “Folhas mortas”, versos, inseridos, conforme consta, no livro *Minha mãe*, de Lola de Oliveira, filha da escritora; *Livro da saudade*; *A condenada*, romance; *Judite*, romance; “Meu filho”, poema, conforme Ari Martins, [1971], 1978, e Villas-Bôas, 1974.

<sup>2</sup> Há divergências entre os registros da data de nascimento da autora: 1964, 1870 ou 1878. O ano de 1864 refere-se ao documento disponível na Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Paróquia Nsa. Sra. do Rosário, Livro de Batismo 4, f.132, indicado por Hilda Agnes Hübner Flores no texto “Andradina de Oliveira: a feminista”, publicado na reedição do livro *Divórcio?* em 2007, p. 11-19.

tar uma análise de *Divórcio?*, mostrando as condições da mulher e a problemática conjugal marcada pela violência. Mesmo sendo uma espécie de propaganda em prol do divórcio, verifica-se a presença das dimensões sociocultural, histórica e estética<sup>3</sup>, que permitem situar o texto como fenômeno literário. Busca-se, além disso, à luz da literatura comparada, sinalizar alguns pontos entre as obras *O perdão* e *Divórcio?* acerca do universo feminino e feminista.

Andradina de Oliveira foi mencionada, em 1952, na obra *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*, de Guilhermino César, no capítulo (XIV) intitulado “A literatura dramática”, seguido da síntese “O teatro nos principais centros rio-grandenses. – Autores românticos e autores naturalistas”:

Restaria citar outros autores que incidentalmente escreveram teatro, nas diferentes fases por que este passou no Rio Grande, durante o período que nos ocupa. Lembremos os seguintes: Menezes Paredes, Andradina de Oliveira, Ana Aurora do Amaral Lisboa, Julieta de Melo Monteiro (...)<sup>4</sup>.

E também no capítulo (XVI) “A prosa de ficção, do romantismo ao naturalismo”, seguido da síntese “Introdução. – Os precursores. – Representantes do romantismo individualista. – O grupo regionalista. – O naturalismo e os temas urbanos”:

Alguns outros autores de prosa de ficção podem ser citados, nesse período: Florêncio Carlos de Abreu e Silva, *A Quebra do Juramento* (in *Culto à Ciência*, revista, S. Paulo, 1860); Lobo da Costa, *Espinhos d’Alma*, 1872; (...), Andradina de Oliveira, *O Perdão* [1910]; (...)<sup>5</sup>.

Conforme as citações acima, Andradina situa-se entre “outros que incidentalmente escrevem teatro” ou “alguns outros autores de prosa de ficção”, sem receber nenhum comentário adicional sobre sua produção literária do gênero dramático ou narrativo, res-

---

<sup>3</sup> Reis. *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários*. 2003, p.24.

<sup>4</sup> Cesar. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. 1956, p. 267.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 338.

pectivamente<sup>6</sup>. Destaca-se que, juntamente à produção literária, Andradina fundou o jornal *O Escrínio – Hebdomadario Litterario, Instructivo e Noticioso*, de publicação semanal, que circulou primeiro em Bagé, onde surgiu em 02 de janeiro de 1898, em Santa Maria, e depois em Porto Alegre, para onde foi transferido em 12 de junho de 1901, segundo Rosa Cristina Hood Gautério<sup>7</sup>, estudiosa do periódico *Escrínio*.

A pesquisadora salienta que, no edital de lançamento em 1898, Andradina “legitima um espaço onde possibilita dar voz à mulher urbana e educada que começava a interagir com a sociedade e o mundo a sua volta”. Confirmando o objetivo da redatora e fundadora do periódico como “defensora do seu sexo”, Gautério transcreve parte do editorial:

Fundado por uma filha desta encantadora terra, por fervorosa defensora do seu sexo, o *Escrínio* surge, também como um incitamento à mulher rio-grandense, convidando-a a romper o denso casulo da obscuridade, e vir à tona do jornalismo trazer as pérolas da sua cultivada inteligência! (...) <sup>8</sup>

Andradina, conforme a estudiosa, “entende que a educação não só prepara a mulher para a missão de “sagrada esposa e mãe”, mas também é um instrumento que lhe permite dar maior independência às mulheres”. <sup>9</sup> Gautério explica que

Embora ainda sob à luz positivista que reiterava a doutrina utilitária dando às mulheres valores segundo interesses sociais (...), *O Escrínio* apareceria também como um periódico “Propagandista da instrução” entendendo que a mulher ins-

---

<sup>6</sup> Entende-se essa ausência porque a obra de Guilhermino César estava comprometida com um período historiográfico determinado: entre 1737-1902. Posteriormente, a autora passa a constar em obras sobre a história da literatura sul-rio-grandense e brasileira, conforme estudo publicado por Salette Rosa Pezzi dos Santos em *Duas mulheres de letras: representações da condição feminina*, de 2010.

<sup>7</sup> GAUTERIO, Rosa Cristina Hood. *Escrínio: a imprensa feminina sul-rio-grandense como produto cultural na construção da história das mulheres*. In: Seminário Internacional de História da Literatura, IX., 2011, Porto Alegre. Anais do IX Seminário Internacional de História da Literatura. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2011, p. 516-525. Disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/89.pdf>. Acesso em abril de 2017.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 518.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

truída seria um importante auxilio ao marido nas “lutas pela vida, trabalhar, seja em que for, a seu lado, sem descuidar dos deveres domésticos”<sup>10</sup>.

Nesse sentido, para Gautério, “ao defender a instrução não só como ferramenta para melhor educar os filhos”, Andradina “ratifica que o trabalho feminino fora do lar não iria afetar a organização familiar”. Ela salienta ainda que o direito à educação e à instrução reivindicado para as mulheres via periódico, garantia, ao mesmo tempo, “a atualização de valores diferentes daqueles que eram impostos pela sociedade patriarcal” e “permitia um diálogo indispensável para a organização efetiva de algumas mulheres”.<sup>11</sup> Buscando incentivar as leitoras do jornal para o trabalho profissional e o desempenho de funções públicas, o periódico também, conforme menciona Gautério, noticiava as conquistas femininas obtidas no Brasil e no mundo.

Em relação ao primeiro exemplar editado e publicado em Porto Alegre em 1901, como um “Jornal dedicado à mulher Rio-Grandense”, o *Escrínio*, segundo Gautério, ampliou o número de colaboradoras e colaboradores publicando textos vindos de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão e também uma colaboradora do Chile”.<sup>12</sup> Nessa primeira edição, na cidade de Porto Alegre, conforme salienta Flores<sup>13</sup>, “a intelectual Ignez Sabino biografava Nísia Floresta, nordestina abolicionista e precursora do feminismo que residiu em Porto Alegre na década de 1830”. Flores informa ainda, para realçar a orientação do jornal, que o “número seguinte traz uma matéria ilustrada sobre o Dr. Garcia Redondo, engenheiro e “fervoroso defensor do feminismo”.<sup>14</sup> Conhecedora da trajetória de Nísia Floresta, nordestina radicada em Porto Alegre desde 1830, e da porto-alegrense Luciana de Abreu, meio século depois, que reivindicaram o reconhecimento da igual capacidade intelectual entre os dois gêneros, cuja consequência, segundo Flores, era “a necessidade de estudo que capacitasse a mulher para o trabalho profissional, de modo

---

<sup>10</sup> Ibidem, p. 519.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 520.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 521.

<sup>13</sup> Flores. “Andradina de Oliveira: a feminista”. *Divórcio?*, 2007, p. 12.

<sup>14</sup> Ibidem.

a poder gerir o próprio destino, na falta do pai ou marido mantenedores”, Andradina de Oliveira,

mulher combativa, vê atrás desse “impoluto”<sup>15</sup> nome do marido graves problemas de caráter e de convivência conjugal, como: maus tratos, negligência, difamação, embriaguez, infidelidade, mau mantenedor, abandono do lar, filhos desamparados e outros – todos, na sua visão, solúveis via divórcio “pleno” que permitisse reconstruir a vida e o direito à felicidade através de um novo casamento<sup>16</sup>.

Convicta desse direito, Andradina escreve e publica a obra *Divórcio?*, em 1912, ano em que tramitava no Congresso Nacional campanha a favor do divórcio pleno. Até então, no Brasil, o divórcio em vigor, conforme explica Flores, “admitia a separação do casal sem desfazer o vínculo do matrimônio, o que implicava em grave rejeição social para a “divorciada”, a “mulher só”. De acordo com a historiadora, “Tão severas eram as convenções sociais de opressão, que mais convinha à mulher continuar apanhando do marido bêbado ou irresponsável a se separar e carregar o vexame da rejeição social”.<sup>17</sup>

O romance *Divórcio?*<sup>18</sup> conforma-se em três partes: 1. “Às mulheres e aos homens do meu país”, convite ou “chamamento” à leitura da obra; 2. “Cartas”, um conjunto de 25 cartas escritas por homens e mulheres e destinadas a homens e mulheres, nas quais se configura uma espécie de escrita de si, revelando-se ao outro sobre as

---

<sup>15</sup> Expressão usada por Hübner Flores (2007: 15) fazendo referência à peça *O ultraje*, teatro social engajado, de Joaquim Torres, estreado em Porto Alegre em 1901, que sinaliza a morte como única saída para a mulher que ultrajou o “impoluto nome do marido”.

<sup>16</sup> Flores. “Andradina de Oliveira: a feminista”. *Divórcio?*. 2007, p. 15.

<sup>17</sup> Conforme Flores, “para os defensores do feminismo, o divórcio “pleno”, aquele que desfaz o vínculo conjugal e permite constituir nova família, era a grande meta a ser alcançada. O deputado Érico Coelho, em 1893, teve seu projeto rejeitado pelo Legislativo Federal por 78 contra 35 votos. Igual sorte teve, em 1900, o projeto do senador Martinho Garcez, e, em 1908, o de Virgílio de Sá Pereira. Em 1910, foi a vez do projeto do deputado Floriano de Brito receber recusa do Congresso. Outras campanhas dentro dessa primeira corrente divorcista persistiram até 1916 – todas sem êxito, sabendo-se que o divórcio pleiteado só viria em junho de 1977, após acirradas debates ao longo das décadas”. (Ibidem).

<sup>18</sup> Todas as citações de *Divórcio?* são da edição de 2007, organizada por Hilda A. Hübner Flores.

condições de sua vida privada e conjugal; 3. “Súplica” *a todos os homens de alma e de coração*, um apelo da autora em favor da mulher sofredora e estigmatizada fora do casamento que prefere sujeitar-se a continuar mal casada ou, como escreve Flores, “preferível atrelada a um marido degenerado a separar-se e ser apontada como “des-casada”, caminho natural para o concubinato ou a prostituição”.<sup>19</sup>

Em “Às mulheres e aos homens do meu país”, Andradina abre seu texto ordenando “Abri-o sem medo: é um livro moral”, justificando “Moral porque é sincero, moral porque é todo ele um grito de piedade por infinitas mágoas; (...)”.<sup>20</sup> Na sequência, esperançosa e movida por sua convicção, ela diz “os que meditadamente percorrerem *as cartas* que ali vão, dessa leitura sairão menos infensos ao divórcio e mais apiedados da mulher – a grande vítima dos absurdos e opressores preconceitos sociais”, sinalizando ao leitor o tipo de texto e o conteúdo que irá encontrar: “exemplos desesperadores, pungentes, que clamam pelo remédio”.<sup>21</sup> Continua seu convite apresentando argumentos e exemplos que mostram ser o divórcio pleno a melhor solução para os casos de casamentos “mal construídos”. Ao reiterar sua convicção, buscando atingir a todos, comenta sobre a possibilidade de essa urgência, a aprovação do divórcio pleno, ser algo transitório e que no futuro, talvez, essa necessidade desapareça. Porém, afirma Andradina,

nós vivemos no momento presente e não no futuro; temos que nos submeter às condições sociais da hora e não nos consolarmos com utopias sobre a humanidade do porvir, quando as misérias do presente nos fazem sentir seus aranhões. E no momento atual, a necessidade do divórcio impõe-se, aos gritos, como estes que ecoam nas páginas a seguir<sup>22</sup>.

Para encerrar seu chamado aos homens e às mulheres, a autora conclui que seu livro é “moral porque não é somente um livro de propaganda em prol do divórcio: é também um brado de indignação contra a injusta e esmagadora situação da mulher”.<sup>23</sup>

---

<sup>19</sup> Flores. “Andradina de Oliveira: a feminista”. *Divórcio?*. 2007, p. 16.

<sup>20</sup> Oliveira. “Às mulheres e aos homens do meu país”. *Divórcio?*, 2007, p. 27.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>22</sup> *Ibidem*, pp. 32-33.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 33.

Nas “Cartas”, em cada uma, antes de nomear seu destinatário, contém uma epígrafe originária de fontes diversas, em consonância com o conteúdo tratado. Convém destacar que a presença desses textos confere à obra de Andradina um caráter intertextual porque se vale dessa espécie de “discurso do outro” para mostrar que não está sozinha nessa campanha. Ao contrário, há um conjunto de sujeitos, homens e mulheres, discutindo e tomando posição acerca do tema e da situação dos “casamentos mal construídos”. Da mesma forma, essa multiplicidade de vozes que se entrecruzam, relativizando o poder de uma única voz condutora, situam a obra como dialógica, porque fornece pontos de vista distintos oriundos de homens e mulheres, como também ocorre nas cartas, nas quais o ponto de vista masculino não está excluído, como será mostrado a seguir.

Se as epígrafes transcritas na abertura de cada carta pertencem a uma existência real (escritores, advogados, políticos, ativistas antigos e contemporâneos ao momento histórico ali representado)<sup>24</sup>, nas cartas, os sujeitos dos episódios relatados, destinatários e remetentes, são indivíduos ficcionalizados, que representam uma coletividade na situação que descrevem, pois, sua história pode ser a mesma de vários outros casais e famílias residentes no universo espaço/tempo ali configurados e que alcançam sua universalização porque ultrapassam o âmbito regional/nacional. Essas marcas oportunizam situar a obra no campo literário à luz das dimensões propostas por Reis: a dimensão sociocultural, porque reflete um pensamento coletivo; a dimensão histórica, porque funciona como testemunho do percurso do tempo; e a dimensão estética, porque inscreve-se como fenômeno de uma linguagem particular. Nesse sentido, enquanto fenômeno da linguagem, como explica Foucault,

Escrever é pois “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volta para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que

---

<sup>24</sup> Para citar alguns nomes: Carmen Dolores (feminista que lutou pelo direito ao voto feminino); Dr. Souza Bandeira (político); Camilo Castelo Branco (escritor português); João do Rio (cronista brasileiro); Sá Freire (senador); Stendhal (escritor francês); Emilio Zola (escritor francês); Múcio Teixeira (poeta e teatrólogo brasileiro) etc.

de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face.<sup>25</sup>

Nesse oferecer-se ao seu olhar e ao olhar do outro, a primeira carta é escrita por um homem, Ramalho, destinada a outro homem, seu amigo Fausto, trazendo a epígrafe – “A imoralidade fica com a separação de corpos e de bens; mas não atinge o divórcio, que é uma solução leal, franca e decisiva, sem ambições nem ambiguidades hipócritas” –, de Carmen Dolores<sup>26</sup>. Nela, o remetente diz ser “pelo divórcio, positivamente, sem restrições algumas”, não para dele aproveitar-se, mas para que Antonieta, sua esposa, que o abandonou porque apaixonou-se por outro homem, pudesse obter o divórcio e assim seus filhos não precisariam saber “que sua mãe é uma mulher expulsa da sociedade, que o nome dela só é pronunciado no meio de geral reprovação”<sup>27</sup>.

Ramalho, ao falar sobre seu casamento com Antonieta, analisa a fuga deixando implícito que sua dedicação aos negócios contribuiu para que outro homem despertasse a atenção de sua esposa. Mesmo reconhecendo que foram felizes por sete anos e mesmo chamando-a de “desgraçada”, ao comentar que ela não foi capaz de deixar uma carta, um bilhete, acredita que se viesse “uma lei de amplo divórcio”, ela poderia casar e assim os filhos “veriam sua mãe numa posição normal, pelo braço de um marido, recebida pela sociedade (...)”<sup>28</sup>.

A segunda carta é de uma mulher, Georgina, destinada ao marido, Mário. Nela Georgina expõe que poderia partir sem nada dizer, mas que tem necessidade de escrever, “de dar vazão ao que me ferve na cabeça e quero que saibas os motivos que me levaram a este passo. Vamos, pois, Mário, dar um ligeiro balanço à nossa vida”.<sup>29</sup> Nesse balanço, acompanha-se o início do namoro até o dia partida. Seguida de uma caracterização inicial de cada um, ela justifica a realização do casamento:

---

<sup>25</sup> Foucault. *O que é um autor?*. 2006, p. 150.

<sup>26</sup> Oliveira. *Divórcio?*. 2007, p. 37.

<sup>27</sup> Foucault. *O que é um autor?*. 2006, p. 150.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 41.

Tu viste em mim a filha do papai, isto é, dum homem que, sem ser positivamente um ricoço, gozava de grande conceito, tinha esplêndidas relações e, escanchava com um pé na política e outro no comércio, podia fazer o genro ir longe (...). Eu era um bom partido. Eu vi em ti um homem elegante; vestindo bem, valsando bem, conversando bem... (...). Eu tinha um desejo doido de me casar: era um meio de ficar livre dos ralhos de mamãe, das impertinências das manas e de pregar uma figa à Julieta (...). E foi assim que uma bela tarde voltamos da igreja dentro do mesmo *coupé* e viemos para esta casa – *a minha casa* pensava eu deliciada – onde durante algum tempo tu foste o *maridinho* e eu a *mulherzinha*, hipocritamente dengosos um para o outro. Hipocritamente, sim, porque nem tu me tinhas amor, nem eu a ti, esta é a verdade.<sup>30</sup>

Logo após vem o relato da mudança e a certeza de seu papel como “objeto que ornamentava a casa”:

Mas, passados meses, um dia, assoviando, entraste numa daquelas casas que frequentavas antigamente, e a lascívia calculada duma marafona te soube melhor que as caricias da esposa instintivamente recatada. “A validade deleita”, e tu variaste, (...), de conventilho em conventilho. Enquanto isso, que papel representava eu na tua vida? Era uma coisa que servia para cuidar da tua roupa, que presidia à mesa quando te davas ao luxo de oferecer jantares aos teus companheiros da pandega, um objeto que ornamentava a casa, necessário à tua representação social e à tua carreira, e às vezes um animal de prazer; nada mais<sup>31</sup>.

Na sequência, apresenta as humilhações sofridas e agradece a educação recebida:

Agradeço-te; fizeste a minha educação... E nem tiveste pejo de pagar ao médico a conta do tratamento daquelas imundícies que me trouxeras não se de onde. (...). Estou farta, meu caro! Farta de servir de objeto de luxo e de barregã ocasional de meu marido. O asco que me inspiras chegou ao auge. Não posso mais.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>32</sup> Ibidem.

Em direção à finalização da carta, para justificar a decisão tomada e opção de vida que levará de agora em diante, fala sobre a falta de outra educação ofertada às mulheres brasileiras assim como a não legalização do divórcio:

Fosse outra a educação de nós brasileiras, dessem-nos os meios de ganhara vida em qualquer emergência, dispensando o home; houvesse neste país, de instituições masculinas, ao menos um divórcio que me despertasse esperanças de ainda ter futuro, e eu procuraria reunir os restos de dignidade que se pudessem salvar (...). Para ganhar a vida, que sei eu fazer? Somente aquilo que me ensinaste. Não há, pois, por onde escolher. Parto com o Fernando, o teu amigo, sabes? <sup>33</sup>

Conclui seu desabafo dizendo que está ciente de que Fernando não será o seu “amante perpétuo” e que “homens não faltam e eu não sirvo para outra coisa. (...). Adeus e não sintas saudades de quem não leva nenhuma de ti”. <sup>34</sup>

Nas cartas quatro e cinco, carta enviada e resposta recebida, são de Rosália para Lúcia e a resposta de Lúcia para Rosália, respectivamente. Rosália, na carta quatro, escreve para amiga, porque não quer perder seu afeto, relatando os infortúnios que motivaram sua saída de casa de braço dado com o amante, Dr. Paulo Bruno: “Esta carta, sem nexo, é o meu testamento, talvez. Se ela me absolver a teus olhos castos, guarda-a no sacrário do teu abençoado coração, minha amiga”. <sup>35</sup>

Rosália conta que seu casamento com Carlos foi para atender a vontade de sua mãe, após a morte do pai, e a situação de miséria que elas, mãe e filha, estavam condenadas:

O papai não deixara nada, somente um nome honrado ... a miséria, em breve, bateria à nossa porta, e a miséria é um espantinho”. (...) Aceitei a mão de Carlos... casei sem amor... casei para não morrer à fome... para não ver definhar, de miséria, a pobrezinha da mamãe!... Carlos era horrendo, mas tinha dinheiro, posição social, instrução. E jurava-me um amor

---

<sup>33</sup> Ibidem, pp. 43-44.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 52.

alucinado! Oh! Lúcia! Que desoladora noite de noivado! Que homem asqueroso! (...) E eu entreguei-lhe, por um pão, o meu corpo novo, belo e virgem!...<sup>36</sup>

Aproveita para chamar a atenção dos pais “que fazem das filhas apenas flores de baile, bonecas da moda” e para defender o direito à educação e à instrução para todas as mulheres:

Antes de um luxo que lhes custa, às vezes, tantos sacrifícios, eles lhes dessem uma sólida educação, uma verdadeira instrução, uma profissão que pudessem contar, em caso de necessidade, para ganhar o sustento, e serem, mesmo, em circunstâncias extremas, a coluna forte do lar.<sup>37</sup>

Prossegue, no seu relato à amiga, falando sobre o sacrifício que era suportar o marido: “Em pouco conheci de sobejo, a alma de meu marido; não era menos repelente que o seu corpo. (...). Meu marido teve por mim apenas a paixão da carne, a paixão efêmera sempre. Ah! Minha amiga! Eu fui verdadeiramente desgraçada!” (Ibidem). Diz ainda que ocultava sua decepção e infelicidade para poupar sua “mãe adorada”, escondendo “como um avarento, a minha desgraça (...)”<sup>38</sup>.

Conta que, após a morte da mãe, sua vida ficou ainda mais insuportável em função da violência física:

Quanto sofri, quando mamãe morreu, e após o luto que me privava de ser figura obrigada nas festas e divertimentos, onde ele me expunha, como se eu fosse um animal de raça! Não podendo neste angustioso período desalterar a imbecil vaidade, metendo-me aos olhos de todos, coberta de brilhantes e envolta em sedas, fazia da alcova nupcial um verdadeiro lupanar! Queria obrigar-me às mais torpes sensualidades. Resistia e ele batia-me sem piedade. Às vezes eu tinha o corpo cheio de equimoses. Era uma tortura!<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> Ibidem, pp. 52-53.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 54.

Expõe que a situação extrema foi quando o marido trouxe “para casa uma rapariga da plebe, que comprara da mãe, uma miserável! E que desvirginara, sem pena, pois era quase impúbere. Era o cúmulo!” Diante disso, ela propôs o divórcio, mas ele recusou decidindo que ela “ficasse dentro de casa embora separada; (...) que mulheres não lhe faltavam; que bastava ter dinheiro e escolher que elas vinham facilmente”. Diz que ele passou a viver com a rapariga no quarto do casal e ela refugiou-se no “segundo andar, numa sala junto à biblioteca”.<sup>40</sup>

Passava os dias lendo até que se deparou com o anúncio de um professor de línguas. Com o aval do marido, passou a receber o Dr. Paulo Bruno, bacharel abandonado pela esposa, dedicando-se ao estudo de idiomas enquanto o marido “consagrou-se todo à nova amante, que dócil, se sujeitava à sua lascívia nauseante”.<sup>41</sup>

Aos poucos foram se conhecendo e acabaram se apaixonando, mas “Nobres, ainda resistíamos à natureza que nos impelia”. Certa noite, Carlos, o marido,

subiu aos meus aposentos. Era o senhor, o dono, o marido! Fiquei quase morta, Lúcia! Não conseguindo me vencer, espancou-me furiosamente. Acudiram as criadas e foi a própria rapariga, de que ele se fizera, ostensivamente, amante, que intercedeu por mim! Que miséria!<sup>42</sup>

Na manhã seguinte, quando Paulo veio para a lição, ela contou tudo a ele:

Ele deu-me o braço e descemos. Meu marido saía do quarto (...) avançou sobre nós (...). Paulo, friamente puxou o revólver e engatilhou-o. Carlos (...) ainda ousou perguntar-me:

– Mas que é isso?

Sentindo-me, súbito, outra, encarei-o (...), e respondi-lhe:

– Como vês deixo este lupanar (...).<sup>43</sup>

Conclui dizendo que o marido ainda tentou reagir, mas Paulo o

---

<sup>40</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>43</sup> Ibidem.

ameaçou caso “tentasse se atravessar” no caminho deles. Lamentando sua situação de excluída da sociedade, implora o afeto da amiga:

Se o divórcio fosse amplo eu poderia voltar ao seio da sociedade pelo braço de Paulo! Ele ficaria também, para sempre, livre da vergonha de ser o marido daquela tresloucada. (...) Ah! minha amiga! Fugi daquele inferno... daquele monstro... tenho o amor extraordinário de Paulo e, no entanto, me sinto esmagada pelo preconceito! Lúcia! Lúcia! Não me retires teu afeto!<sup>44</sup>

Na carta cinco, reposta para Rosália, Lúcia diz que ficou sabendo da separação, que lamenta o longo infortúnio de dez anos, mas não lamenta “o escândalo que te livrou daquela fera e te atirou nos braços de um homem”. Afirma ainda que seu marido leu, “igualmente comovido”, a carta e é da mesma opinião dela: as portas da casa dela estarão fechadas para o outro; “mas descerrada, sempre, para ti, minha querida amiga, e para teu companheiro de infortúnio (...)”<sup>45</sup>

Lúcia, na sequência, aproveita a carta para tecer comentários acerca da situação da mulher numa sociedade como essa:

A mulher separada é, na nossa sociedade atrasadíssima, um pária, tivesse sido, embora, a vítima, e sofrido as maiores torturas do marido. Não tem mais jus à família, não pode reconstituir o lar, (...) A lei condena-lhe o útero à esterilidade, (...) Ela [a sociedade] sufoca todas as aspirações humanas e sacrifica, desde o berço, a mulher. Sentencia a todas as agonias morais; estrangula-lhe a dignidade; esmaga-lhe o coração para que não ame; lança-o aa escarnio, ao ridículo, à solidão, ao abandono, à miséria, à dor! E quando a vítima se revolta ei-la a soltar seu brado de moral!!!<sup>46</sup>

E aproveita também, após discorrer sobre a realidade das mulheres e dos dilemas da sociedade, para aconselhar a amiga e para prometer seu afeto para sempre:

---

<sup>44</sup> Ibidem.

<sup>45</sup> Ibidem, pp. 57-58.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 58.

Coragem, minha doce sofredora! (...). Não te amofines! Esquece a sociedade que nunca te livrou das pancadas dele e nem há de levar-te ao manso retiro, a que te abrigaste, uma palavra de conforto. Vive, minha coitadinha, para a única felicidade real deste mundo – o amor retribuído! Despe-te, de uma vez, destes esmagantes preconceitos que só têm servido para infelicitar mais a humanidade. (...). Vive para o teu amor, minha Rosália, agora é que começa para ti o enlevo de viver!... Breve irei abraçar-te e repetir que o meu afeto tu o terás sempre.<sup>47</sup>

Se na troca de cartas entre Rosália e Lúcia configura-se um apoio mútuo a favor do divórcio e de uma outra relação em direção à felicidade, o mesmo não acontece na carta dezesseis, de Anita para Clotilde. Ali, Anita aconselha Clotilde a desistir da ideia da separação mesmo sabendo que o marido é um adúltero:

Não penses em divórcio, minha filha. Deixa-te de tolices. Que loucura! (...). Bem sabes que a desquitada é a condenada social mais desditosa. Como partir o grilhão, o vínculo terrível?... (...). Não vês como a mulher desquitada se encolhe aniquilada, envergonhada, como foge de tudo e de todos?! É bem um paria social! O assassino numa casa de correção, reabilita-se pelo trabalho e volve ao convívio social. (...). Mas a desquitada... para esta há a repulsa eterna!... eterna!... Há de viver só!... sempre só!... envelhecer sozinha! com a alma ressequida de tristezas e amarguras!...<sup>48</sup>

No entanto, ao mesmo tempo que apresenta todos os argumentos contrários à separação conjugal em função da “condenação social”, invoca a amiga a espelhar-se nela, na possibilidade de também ter um amante:

Mira-te em meu espelho e não penses mais em divórcio. Ah! Minha filha! Deus às vezes se compadece dos que sofrem!... Eu sofri como nem tu podes imaginar! Vivi sempre abandonada por meu marido! E olha, foi o amor extraordinário de Heraldo que me salvou!... (...). Ele é que deveria ter sido o meu marido!

---

<sup>47</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>48</sup> Ibidem, pp. 108-110.

E, afinal de contas, ele o é!... Perante minha consciência e perante Deus, o considero meu verdadeiro esposo!...<sup>49</sup>

Anterior a essa revelação, que termina pedindo que a carta seja queimada, Clotilde mostra-se ciente das questões que envolvem os direitos das mulheres fora de seu ambiente e espaço:

Nada! quase nada! não feito os governos brasileiros em prol das suas mulheres! (...). Por que não abre todas as suas portas, como faz os Estados Unidos, às suas mulheres, para que trabalhem, para que se ilustrem, para que sejam iguais aos seus homens, com os mesmos direitos à vida?...<sup>50</sup>

Em relação ao Brasil, ela escreve:

Como a sociedade brasileira está constituída é o casamento o futuro da mulher, é o seu *arranjo*. (...). Nós brasileiras nada somos sem o homem! (...) a nossa educação é lamentavelmente atrasada, viciada! A nossa instrução, uma miséria! Não sabemos educar! E nem ensinar!

(...)

Aqui ainda somos seres inferiores, as pobres vítimas de mil prejuízos, de mil preconceitos, as sacrificadas!... Escravas, é o somos, sim, apesar dos pomposos qualificativos de rainha do lar, de anjo, de deusa... de que sei mais! Tudo está torto e bem torto! Que fazemos?... Se a voz se ergue em nosso favor procura-se abafá-la para que não grite as verdades.<sup>51</sup>

Essa carta é significativa no que se refere ao universo feminino: primeiro, porque configura um apelo a favor da manutenção do casamento, em função da “estabilidade social”, necessária para a mulher que não teve oportunidade à educação e à instrução para sobreviver de forma independente; segundo, porque, se o marido tem uma amante, a mulher também pode ter, mas que ninguém fique sabendo. Em outras palavras: ao mesmo tempo que Clotilde, apesar de estar ciente da falta de direitos e do atraso social em relação às mulheres, ela apela pela manutenção dessa condição, sugerindo a alternativa do adultério como oportunidade de felicidade da amiga.

---

<sup>49</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>51</sup> Ibidem, pp. 111-113.

Nas demais cartas revela-se ainda outras imagens de situações extremas de violência e desespero, algumas mais longas outras mais curtas, algumas anunciando a partida outras anunciando o suicídio, sempre com mesmo desejo: que passe o divórcio amplo para que as mulheres e os homens, principalmente as mulheres, porque as mais vitimadas, possam reconstruir suas vidas sozinhas ou acompanhadas sem ter que se esconder e viver excluídas do âmbito social, como fica explícito na carta dezesseis. Essa carta é importante porque revela de forma “objetiva” o pensavam aquelas que não acreditavam que seria possível uma vida “plena” após o divórcio e que também buscavam alternativas “secretas” para suportar a infelicidade conjugal.

A última parte da obra, “Suplica” a todos os homens de alma e de coração, é um apelo final para que todos os homens reflitam sobre as condições das mulheres. Para convencê-los, é sugerido que frequentem os mais diversos espaços e verifiquem em que condições vivem as mulheres e respectivas famílias:

Prossegui! Entrais pelas fábricas. Vede como a desgraçada sofre ali, naquela multidão miserável (...); Prossegui! Exército santo! Percorrei todos os bairros operários (...). Aqui é um lar sem pão: o marido bebe e espanca a mulher e os filhos (...); Prossegui! Agora são os recantos da pobreza quase miséria. São as mercenárias que voltam da labuta (...). Prossegui! É a pobreza que se esconde agora envergonhada! (...). Percorrei alguns lares, nesta tarefa piedosa de ver a intensidade do sofrimento da mulher (...). Prossegui! Ide aos becos escuros, podeis fazê-lo. Há lá muito lodo e muita penúria: num e noutro a mulher é vítima! (...). Aqui é uma rapariga que o ciúme do amante esfaqueou sem pena... tem só vinte anos. (...). Uma se suicidou engolindo ácido fênico; outra se enforcou; outra foi se atirar a afogar (...). Prossegui! Há misérias inumeráveis ... há vergonhas infinitas... há dores sem conta a que a mulher está sujeita no seu malfadado destino. (...). Entrais pela camada alta, fina, elegante da sociedade que dita leis! Que vedes? Milhares de mulheres desgraçadas: umas desquitadas, separadas, abandonadas, desprezadas, espezinhas, incompreendidas; outras atraçoadas e atraçoando; (...). Prossegui! Ah! É um bando de mulheres que vai para o trabalho. A maior parte são frágeis raparigas que ajudam os pais a pagar a casa (...)! Prossegui! Entrai pelas escolas superiores. Poucas mulheres (...).

Prossegui! Entrai aqui: é um hospital (...).<sup>52</sup>

Mesmo sendo uma longa a citação, ela não dá conta do quadro de opressão descrito pela autora. Essa descrição organiza-se a partir de uma sequência, como se uma câmara cinematográfica parada e/ou em movimento, de um lugar a outro, percorresse todos os rincões sociais, do mais pobre ao mais rico, do mais requintado ao mais miserável, do mais opressor ao mais libertino, revelando em cada um e em todos vítimas femininas, independente de sua condição social.

Uma vez passado os olhos por todo esse universo, cujo ponto final é o cemitério “a mansão do repouso e ... da igualdade!”, a voz suplicante diz:

Agora, homens de coração e de alma! Homens que eu venero e admiro! Homens em quem deposito toda a esperança! Voltai daí, desta mansão serena, onde os corações cessem de bater e os cérebros de pensar! Voltai, daí, mais alentados do que nunca, mais cômicos do que nunca também, de que é preciso salvar a mulher deste mar de sofrimento em que a vida dela se debate!...<sup>53</sup>

Por fim, conclui sua “Súplica” assinando como “aquela que muito padeceu” antecedido por uma ordem imperativa:

Desfrutai, pois, soberbos e belos, vosso lábaro sacrossanto em que a augusta trindade estelar – Instrução, Amor e Trabalho – fulgura, e clamai, clamai potentemente justiça para a oprimida dos séculos, para a Mãe do gênero humano!...  
E, como cavalheiros que sois, armados por Jesus, aguardai, jubilosos, a ressurreição Dela!...<sup>54</sup>

Nesse retrospecto, Andradina, como sintetiza Flores, conduz com habilidade o leitor da época, final do século XIX e início do XX, a olhar sua realidade e oportuniza ao leitor do século XXI confrontar-se com a realidade de um século atrás:

---

<sup>52</sup> Ibidem, pp. 165-171.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 174.

<sup>54</sup> Ibidem.

um olhar sobre a realidade de um século atrás: fábricas onde chefes assediam operárias, despedindo-as quando as empreham; lupanares onde maridos infiéis contraem sífilis e a levam para as esposas; escolas mal frequentadas e Faculdades com um punhado de mulheres tímidas e inseguras ante a novidade do preparo profissional; velhinhas abandonadas a esmolarem o pão de cada dia; becos escuros e sinistros antros de perdição; hospitais e manicômios; depositários da miséria humana; cemitérios, testemunhos silenciosos de muita lágrima sofrida...<sup>55</sup>

Em função desse retrospecto ou desse olhar “que desnuda valores doutrinário-moralistas próprios da sociedade brasileira de um século atrás encurralando em estreitos limites a liberdade e os direitos da mulher”, para Flores<sup>56</sup>, “*Divórcio?* pode ser considerado como um dos clássicos da literatura de gênero”. Esclarecendo sobre o espaço/tempo da produção literária de Andradina, a historiadora, destaca que esses valores, freio à realização feminina, eram embasados no tripé constitutivo da sociedade de então: a Igreja, para quem a mulher é a parte frágil da espécie humana, que precisa da proteção do lar indevassável e protetor; a Maçonaria, sociedade de atuação política, cultora de princípios conservadores com relação à mulher, mantida distante da ingerência em assuntos públicos; e o Positivismo, mentor teórico da República, que antepôs à vulnerabilidade intrínseca da mulher, sua configuração como “rainha do lar” responsável pela administração da casa e da educação da prole, de modo a prolongar, ela mesma, as regras do jogo que a manietavam.<sup>57</sup>

Partindo desse contexto histórico baseado nesse tripé, Andradina, em *Divórcio?*, ao expor como esses preceitos teóricos estigmatizavam a mulher como ser inferior e dependente, primeiro, da autoridade paterna e, depois, da autoridade do marido, busca então “conscientizar acerca da problemática social que envolve a mulher “mal-casada”, condenando-a a uma vida parasitária, sem direito legal a uma nova chance de casamento”, sintetiza Flores.<sup>58</sup>

Diante do exposto, portanto, a imagem que emerge dessas cartas selecionadas, assim como da parte inicial e da parte final da

---

<sup>55</sup> Flores. “Andradina de Oliveira: a feminista”. *Divórcio?*. 2007, p. 2007, p. 16.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>57</sup> *Ibidem*, pp. 18-19.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 19.

obra de Andradina, é de mulheres duplamente desgraçadas: primeiro, porque elas não têm o direito à educação e à instrução, segundo, porque o casamento realizado não pode ser desfeito, ficando obrigadas a permanecer casadas, mesmo que violentadas diariamente, para garantir seu “lugar ao sol”, ou seja, para continuar fazendo parte da sociedade que, ao mesmo tempo, as idolatram e as condenam: são as “rainhas do lar” e “vítimas dos absurdos e opressores preconceitos sociais”. Por isso o “brado de indignação contra a injusta e esmagadora situação da mulher”, isto é, “de que é preciso salvar a mulher deste mar de sofrimento em que a vida dela se debate”, suplica a autora.

Por fim, da mesma forma que a obra *Divorcio?*, o jornal *Escrínio*, anterior e concomitante a ela, foi importante no contexto da imprensa feminina sul-rio-grandense como produto cultural na construção da história das mulheres, pois suas relações com o feminismo da época e seu discurso estavam afinados com as reivindicações de seu tempo. Ambos, obra e jornal, se mostram comprometidos com a mesma causa: é no entrecruzamento de vozes reais e ficcionais que se manifesta a defesa dos direitos femininos e se revela o comprometimento feminista. Nesse sentido, uma outra imagem se configura: a de uma voz feminina convicta e comprometida com a causa feminina feminista, pois, como diz Dinah, na carta oito, direcionada para Luiza, “O feminismo, minha Luiza, é de todas as campanhas das sociedades modernas a mais bela, a mais grandiosa” ou “O feminismo abrirá os olhos de todas as mulheres. (...). O homem, afinal, há de reconhecer os direitos da mulher, e esse egoísmo em relegá-la a um plano inferior, desaparecerá em breves tempos.”<sup>59</sup>

Em relação ao propósito de sinalizar alguns pontos entre as obras *O perdão* e *Divórcio?* acerca do universo feminino e feminista, convém destacar que nas duas obras evidencia-se a preocupação da autora em retratar seu tempo histórico e as relações do universo familiar. O enredo, em *O perdão*, se desenvolve em torno de duas irmãs, Celeste e Estela, filhas de uma família da elite portalegrense do início do século XX, formada pelo casal, três filhas, uma tia, servidos por um conjunto de empregados da casa. Entre as duas irmãs está Armando, sobrinho de Jorge, esposo de Estela, que veio morar em Porto Alegre para concluir seu curso de Direito. Seduzida por Armando, Estela torna-se refém dessa paixão que

<sup>59</sup> Oliveira. *Divórcio?*. 2007, pp. 75-76.

a leva a aceitar a fuga com o amante e a cometer o suicídio antes do final da viagem ao Rio de Janeiro, cidade natal de Armando. O desenrolar dessa situação é responsável pela desestruturação da família Souza: a família dos Souza perde, ao mesmo tempo, duas filhas além do abalo moral próprio da época. Desse abalo moral em função do adultério feminino, a crítica social, como afirma Schmidt<sup>61</sup> “emerge nas revelações sobre o *modus operandi* das relações familiares cifradas na ambição, prepotência e preconceito de classe.”

Aqui, assim como em *Divórcio?*, o universo feminino é predominante. No entanto, o sofrimento descrito refere-se, principalmente à Estela que, estando casada, não pode viver livremente sua paixão. Em *O perdão* não se revelam as marcas de violência predominantes em *Divórcio?*, mas o discurso comprometido com a causa feminista está referenciado no decorrer da narrativa, nas reflexões de Estela, por exemplo, sobre o destino terrível da mulher separada, excluída do convívio social:

Agora compreendia-lhes a amargura, daquelas infelizes. Estava, ali, só... exilada do convívio social! Percebia o desprezo horrível que principiava esmagando-a. (...). Para todos os crimes do homem há atenuantes; para os erros da mulher só há agravantes. (...). Fazia-se a luz no seu cérebro apaixonado e ela, numa intuição dolorosíssima, bem sentia que o homem pode se reerguer do lodo, purificado pelo homem, mas que a mulher, uma vez tombada, embora a alma ascenda até Deus, será a eterna condenada pelas desumanas e monstruosas leis da sociedade.<sup>61</sup><sup>62</sup>

Pode-se concluir, portanto, que Andradina de Oliveira, a romancista e jornalista, retratada nesta comunicação, em nenhum momento distanciou-se da imagem sugerida acima: a de uma voz feminina convicta e comprometida com a causa feminina feminista, bradando com indignação contra a injusta e esmagadora situação da mulher.

---

<sup>60</sup> Schmidt. “Introdução”. *O perdão*. 2010, pp. 14-15.

<sup>61</sup> Oliveira. *O perdão*. 2010, pp. 240-241.

## **Bibliografia**

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. *50 anos de literatura: perfil das patronas*. Porto Alegre: IEL, 1993.

CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1965.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2016.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Trad. Antonio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Vega Passagens, 2006.

GAUTERIO, Rosa Cristina Hood. *Escrínio: a imprensa feminina sul-rio-grandense como produto cultural na construção da história das mulheres*. In: Seminário Internacional de História da Literatura, IX., 2011, Porto Alegre. Anais do IX Seminário Internacional de História da Literatura. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2011, p. 516-525. Disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-/Trabalhos/89.pdf>.

OLIVEIRA, Andradina de. *O perdão*. Org. Rita Terezinha Schmidt. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

OLIVEIRA, Andradina de. *Divórcio?* Org. Hilda A. Hübner Flores. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

REIS, Carlos. *O Conhecimento da Literatura: Introdução aos estudos literários*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. *Duas mulheres de Letras: a representação da condição feminina*. Caxias do Sul: EdUCS, 2010.

SCHMIDT, Rita Terezinha. "Andradina América Andrade de Oliveira". In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 835-859.

VILLAS-BOAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: IEL, 1974.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos.  
(orgs.). *Da tessitura ao texto: percursos de crítica feminista*. Caxias  
do Sul: EdUCS, 2012.